

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.407 - RN (2019/0283076-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE PARNAMIRIM - RN**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE JANDIRA - SP**
INTERES. : **JULIANA SATIE TSUNODA**
INTERES. : **WELLITON DA SILVA CORDEIRO - ESPÓLIO**
ADVOGADO : **JOAQUIM DA SILVA SANTOS E OUTRO(S) - SP115048**

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA RECUSADA PELO JUÍZO QUE PRIMEIRO CONHECEU DA CAUSA, COM ORDEM DE REMESSA À COMARCA ONDE O *DE CUJUS* MANTEVE SEU ÚLTIMO DOMICÍLIO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL, DE NATUREZA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLÍNIO DE OFÍCIO. SÚMULA 33/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

DECISÃO

Juliana Satie Tsunoda pleiteou, no Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Jandira-SP, a abertura de inventário referente aos bens deixados por Welliton da Silva Cordeiro, com quem ela era casada.

Alegando que o último domicílio do autor da herança foi na cidade de Parnamirim-RN, o magistrado paulista declinou da competência para o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Parnamirim-RN.

Por sua vez, ao receber os autos, o Juízo potiguar suscitou o presente conflito, nos termos seguintes (e-STJ, fls. 14-16):

Em que pese o teor do art. 48 do CPC, é pacífico o entendimento no sentido de que a competência do foro definida pelo último domicílio do autor da herança é territorial e, portanto, relativa, não podendo ser suscitada de ofício.

(...).

No caso vertente, a ação foi proposta na Comarca de domicílio dos sucessores, não havendo, ao menos até o momento, qualquer irresignação por parte de algum dos herdeiros ou interessados quanto à escolha do foro.

Nem mesmo o Ministério Público opôs-se à prorrogação da competência.

Em se tratando de competência territorial e, portanto, relativa, eventual alteração deve ser precedida de provocação da parte

Superior Tribunal de Justiça

adversa, através do meio processual cabível, o que não ocorreu, não devendo ser decretada por iniciativa do juiz.

Brevemente relatado, decido.

Assiste razão ao Juízo suscitante, visto que é pacífico no STJ o entendimento de que a competência territorial não pode ser alterada de ofício, consoante o enunciado sumular n. 33/STJ.

Desse modo, nas ações de inventário, para as quais a competência é territorial e, portanto, de natureza relativa, não pode o Juízo a quem foi distribuída a petição inicial recusar, de ofício, a competência, ao argumento de que o autor da herança tivera o último domicílio em outra comarca.

Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL E, PORTANTO, RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE OFÍCIO. SUM. 33/STJ. - EM SE TRATANDO DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL, PORTANTO, RELATIVA, NÃO CABE AO JUIZ DECLARÁ-LA DE OFÍCIO (VERBETE DA SUM. 33/STJ). SOMENTE O PRÓPRIO REU, MEDIANTE OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO NA FORMA DO ART. 112 DO CPC, PODERÁ INSURGIR-SE CONTRA O FORO ESCOLHIDO PELO AUTOR. - CONFLITO CONHECIDO E DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1A. VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO RIO DE JANEIRO/RJ, O SUSCITADO.

(CC n. 18.032/MG, Relator o Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Seção, DJ de 17/3/1997);

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. TRATANDO-SE DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL, DE NATUREZA RELATIVA, NÃO CABE AO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA ONDE FOI INSTAURADO O INVENTÁRIO, SUSCITAR DE OFÍCIO A SUA INCOMPETÊNCIA, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE O "DE CUJUS" TIVERA SEU ULTIMO DOMICILIO EM OUTRA COMARCA.

(CC n. 11.629/MG, Relator o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, DJ de 20/2/1995).

Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Jandira-SP, o suscitado. Em consequência, o pedido de tutela de urgência (Petição n. 00642729/2019) deverá ser deduzido diretamente perante o Juízo reconhecido como responsável pelo processamento do

Superior Tribunal de Justiça

inventário.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

